



**Resumo para os decisores**

# O futuro dos alimentos provenientes do mar

O **pescado**<sup>1</sup> desempenha um papel importante no fornecimento alimentar mundial, sendo responsável por 20% da proteína animal e por 6,7% de toda a proteína consumida no mundo por seres humanos.<sup>2</sup> Os valores referidos são ainda mais elevados nalgumas regiões e em pequenos Estados insulares em desenvolvimento, que obtêm 50% ou mais da proteína animal que consomem de alimentos de origem aquática (FAO 2018).

À medida que a população mundial aumenta e o rendimento médio sobe, a procura por alimentos de origem marinha vai crescendo. Segundo algumas estimativas, serão necessárias quase 500 milhões de toneladas (Mt) de proteína para alimentar a população mundial em 2050 (FAO 2018, 2009) — os alimentos de origem marinha têm grande potencial para satisfazer a maioria destas necessidades.

Novos estudos<sup>3</sup> concluíram que, de acordo com previsões otimistas relativas ao uso de inovações de alimentação alternativa e sua adoção na aquacultura marinha (maricultura), o mar poderá fornecer seis vezes mais alimento do que na atualidade—mais de dois terços da proteína animal necessária para alimentar a população mundial no futuro. Os alimentos de origem marinha poderão ser mesmo fundamentais para a futura salvaguarda alimentar, devido ao seu elevado valor nutricional, contendo vitaminas, minerais, ácidos gordos ómega-3 de cadeia longa e outros nutrientes essenciais que não se encontram nas proteínas de base vegetal, nem nas de outros animais.

**Alcançar este potencial produtivo dos oceanos exige grandes mudanças estratégicas nas políticas mundiais, incluindo nos seguintes aspetos:**

- Redução da sobrepesca das unidades populacionais de peixes selvagens, que é provocada pela pesca ilegal, pelos subsídios para aumento de capacidade das embarcações, pela falta de modos de vida alternativos, pela falta de incentivos para a proteção dos respetivos recursos, por uma fraca governação local e institucional e por uma gestão deficiente.
- Expansão sustentável da maricultura, de modo a que os impactos ambientais e sociais sejam mínimos.
  - a. O cultivo de espécies sem alimentação artificial, como bivalves e algas, pode aumentar substancialmente a quantidade de alimentos nutritivos sem comprometer a integridade dos ecossistemas marinhos e, nalguns casos, pode também aumentar as pescarias selvagens ao gerar habitats artificiais.

- b. A expansão da maricultura de espécies alimentadas artificialmente, como peixes e camarões, pode contribuir significativamente para a produção alimentar, mas tem o problema da dependência de farinhas e óleos de peixe como ingredientes alimentares essenciais. Tal reforça a importância de identificar e dimensionar devidamente as alternativas de alimentação artificial.

**Os alimentos de origem marinha são fundamentais para a salvaguarda alimentar sustentável por cinco motivos:**



**Alterações climáticas:** Vários tipos de proteínas de origem marinha têm uma menor pegada ecológica do que as proteínas provenientes de animais terrestres.



**Eficácia alimentar:** Relativamente aos sistemas de produção de proteína animal de origem terrestre, a produção de proteína de origem marinha é muito mais eficaz no que diz respeito ao tipo de alimentação dada. Sendo que algumas espécies cultivadas no mar não precisam sequer de ser alimentadas (maricultura sem alimentação artificial).



**Potencial produtivo:** Ao contrário da produção terrestre de alimentos, o cultivo de alimentos marinhos não é limitado por constrangimentos como a disponibilidade de terras ou de água.



**Nutrição:** Para além de proteínas, os alimentos de origem marinha fornecem vitaminas, minerais, ácidos gordos ómega-3 de cadeia longa e outros nutrientes essenciais que não se encontram nas proteínas de base vegetal, nem nas de outros animais.



**Acessibilidade:** Os alimentos de origem marinha são fáceis de obter para a maioria das populações costeiras e são, em muitos casos, mais económicos e preferíveis como fonte de proteína para muitos países costeiros com menores rendimentos.

**A produção de alimentos de origem marinha no futuro está dependente dos seguintes fatores:**

- Físicos (como o aquecimento e a poluição dos mares);
- Políticos (como políticas de gestão das capturas pesqueiras e de regulamentação da maricultura ou políticas climáticas);
- Tecnológicos (como os avanços no tipo de alimentação de aquacultura, nas tecnologias de maricultura ao largo e nos sistemas de exploração aquícola);
- Institucionais (como direitos de acesso e acordos comerciais).

**A procura de alimentos de origem marinha dependerá dos preços, das preferências dos consumidores e dos rendimentos.** A educação do consumidor e campanhas relacionadas com a sustentabilidade dos produtos e com os benefícios para a saúde são algumas das abordagens que poderão influenciar as preferências de quem compra. As políticas locais terão de favorecer preços acessíveis desses alimentos para as comunidades de baixos rendimentos.

**Garantir capacidades a nível local e nacional é fundamental para a implementação de estratégias de gestão eficazes e inovadoras.**

# Oportunidades de atuação

Os decisores políticos devem ponderar devidamente, e de forma cientificamente informada, os prós e contras inerentes às diversas opções políticas, incluindo a da inação, e as diferentes consequências que essas opções acarretam para as várias partes interessadas.

## SISTEMAS GERAIS DE ALIMENTAÇÃO

1. Avalie os alimentos de origem marinha no contexto dos sistemas globais de alimentação — não só como fonte de alimento para animais terrestres, mas também como substituto de fontes de proteína de origem terrestre ou marinha.
2. Avalie o potencial de aumentar a quantidade de proteína de origem marinha com baixa emissão de carbono como forma de substituir a proteína animal com elevadas emissões de carbono, enquanto estratégia para mitigar as alterações climáticas.
3. Pondere o modo como os alimentos de origem marinha, incluindo os provenientes de pescarias reformadas, podem ajudar a colmatar as deficiências e as necessidades alimentares locais, dado o elevado valor nutricional do pescado.

## CAPTURAS PESQUEIRAS

1. Avalie os stocks das espécies mais importantes para a alimentação, para os modos de vida e para a saúde dos ecossistemas.
2. Implemente uma gestão que controle os níveis de captura, impedindo a sobrepesca.
3. Opte por uma gestão das pescas assente em direitos, incluindo enquadramentos que permitam uma plataforma de co-gestão, cooperativas ou propriedade e administração locais.
4. Implemente uma gestão das pescas adaptável ao clima, através de acordos transfronteiriços e de regras adaptáveis de controlo de capturas.
5. Elimine os subsídios destinados ao aumento de capacidade das embarcações, especialmente em pescarias que careçam de uma gestão adequada.
6. Regule de forma criteriosa as capturas e a utilização de espécies de baixo nível trófico, uma vez que estas cumprem um papel importante na base das cadeias alimentares marinhas e podem ser usadas diretamente para consumo humano como fonte de proteína.
7. Pondere a implementação de áreas marinhas protegidas devidamente dimensionadas e intensifique a governança em locais que sofram de forte sobrepesca.

## MARICULTURA

1. Crie quadros regulamentares e reveja os regulamentos existentes de modo a combater as incertezas e os atuais obstáculos à expansão sustentável da maricultura.
2. Informe frequentemente as diversas entidades e os consumidores sobre as últimas práticas sustentáveis de maricultura.
3. Avalie as falhas de mercado e outros impedimentos às inovações tecnológicas para maricultura relacionadas com a alimentação, a produção animal e a conceção de explorações aquícolas. Pondere o uso de políticas, como impostos, subsídios, zonamento e de investigação, que eliminem os obstáculos à expansão sustentável da maricultura.

## The High Level Panel for a Sustainable Ocean Economy

Criado em setembro de 2018, o Painel de Alto Nível para uma Economia do Mar Sustentável (HLP - High Level Panel) é uma iniciativa ímpar de 14 chefes de Governo e de Estado em exercício empenhados em catalisar soluções corajosas e pragmáticas em prol do bem-estar e da riqueza dos oceanos, que vão ao encontro dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (ONU) e que proporcionem um futuro melhor para as pessoas e para o planeta. O Painel de Alto Nível é composto pelos presidentes ou primeiros-ministros de Austrália, Canadá, Chile, Gana, Ilhas Fiji, Indonésia, Jamaica, Japão, México, Namíbia, Noruega, Portugal, Quênia e República de Palau, e é apoiado por um Grupo de peritos, uma Rede de conselheiros e um Secretariado, que coadjuvam o Painel em matéria de trabalho analítico, comunicação e envolvimento das partes interessadas. O Secretariado tem sede no Instituto Mundial de Recursos (World Resources Institute).

O artigo aqui resumido foi encomendado pelo Painel de Alto Nível e faz parte de uma série de "Livros azuis" que examinam os desafios prementes que cruzam o mar com a economia. Os Livros azuis foram elaborados por mais de 160 reconhecidos peritos mundiais de 47 países. Neles se pretende resumir os últimos avanços científicos e pensamentos inovadores no que respeita a novas soluções para os oceanos, no campo tecnológico, político, financeiro e de governança, que possam ajudar a acelerar a mudança para uma relação mais sustentável e próspera com o mar. Os Livros azuis serão publicados de forma regular entre novembro de 2019 e junho de 2020, e disponibilizados sob a forma de Compêndio editado de Livros azuis do Painel de Alto Nível, antes da Conferência dos Oceanos da ONU, que terá lugar em Lisboa em 2020.

Os argumentos, conclusões e recomendações expostos nos Livros azuis representam apenas o ponto de vista dos autores. Apesar de o Painel de Alto Nível apoiar a generalidade das conclusões, bem como as oportunidades de atuação, não foi pedido aos respetivos membros que aprovassem os Livros azuis, nem deve haver lugar a essa interpretação.

Para mais informações, incluindo a consulta do artigo completo, vá a [www.oceanpanel.org](http://www.oceanpanel.org)

### Notas

- 1 Definido pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura como peixes, crustáceos, moluscos e outros animais aquáticos, excluindo mamíferos, répteis e algas ou outras plantas aquáticas.
- 2 FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura). 2018. *The State of World Fisheries and Aquaculture: Meeting the Sustainable Development Goals* ("A situação das pescas e da aquacultura a nível mundial: Cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável"). Roma: FAO.
- 3 Costello, C., L. Cao, S. Gelcich et al. 2019. *The Future of Food from the Sea*. Washington, DC: World Resources Institute. Disponível online em [www.oceanpanel.org/future-food-sea](http://www.oceanpanel.org/future-food-sea).